

ENTREVISTA

**LINGUAGEM, ANTIRRACISMOS E QUESTÕES *QUEER* NO BRASIL:
CONVERSA COM KASSANDRA MUNIZ**

Entrevista concedida a

Danillo da Conceição Pereira Silva¹
Instituto Federal de Alagoas
Universidade Federal de Sergipe

Iran Ferreira de Melo²
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Recebido em: novembro de 2020
Aceito em: dezembro de 2020
DOI: 10.26512/les.v21i2.35234

A presente entrevista nos foi concedida pela professora Dra. Cassandra Muniz, especialmente para o dossiê “Perspectivas Queer nos estudos da Linguagem” da Revista Cadernos de Linguagem e Sociedade (UnB). A interação que deu corpo a este texto aconteceu entre o final de outubro e o início de novembro de 2020. Na verdade, o que aqui discutimos registra boa parte das tensões teóricas e políticas promovidas por linguistas aplicadxs e linguistas queer brasileirxs, engajadxs com a desnaturalização dos processos discursivos que subalternizam sujeitos desviantes da cis-heteronormatividade e da branquitude, como eixos importantes de opressão. Dentre outras coisas, nossa conversa girou em torno da decolonização de epistemologias e de práticas políticas; da volta do corpo para os estudos da linguagem; do potencial antiessencialista e estratégico da perspectiva de linguagem como performance nos estudos raciais, de gênero e de sexualidade; da noção de “Linguagem como Mandinga” enquanto “artimanha ancestral” para (des)pensar colonialidades, cis-heteronormatividades e brancocentrismos; da consideração da interseccionalidade como lente analítica para a compreensão do cruzamento entre eixos de subordinação e de resistência; e, por fim, do papel dos processos educativos para a produção de subjetividades críticas ao cis-patricado, à heteronormatividade e à branquitude.

¹ Doutorando em Linguística (UFS). Professor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Pesquisador do Núcleo de Estudos em Discursos e Sociedade (NUDeS/UFRJ). E-mail: danillo.silva@ifal.edu.br

² Doutor em Linguística (USP). Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, onde coordena o Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer/UFPE). E-mail: iranmelo@hotmail.com.



Kassandra da Silva Muniz é Pós-Doutora em Linguística Aplicada pela UnB. Doutora e mestre em Linguística pela UNICAMP. Licenciada em Letras pela UFPE. Professora Associada do Departamento de Letras da UFOP. Nesta instituição, é líder do grupo de pesquisas GELCI/CNPQ - Linguagens, Culturas e Identidades. Foi coordenadora adjunta do curso de Especialização UNIAFRO e do NEABI/UFOP. Atualmente é Coordenadora do GT - Práticas Identitárias em Linguística Aplicada, da ANPOLL. Suas pesquisas e publicações se inserem na área de Linguagem e Identidades na LA (Formação de professores); Performatividade e Estudos Culturais, com

ênfase em questões de raça e gênero e Literaturas negro-brasileira de autoria feminina. É também mãe de Ellen Vitória com quem tem vivido muitas alegrias e desafios na difícil tarefa de equilibrar Academia e maternidade.

Os estudos sobre os corpos dissidentes de gênero, sexualidade e raça têm ganhado interesse por linguistas que vêm se enveredando pela pesquisa das implicações, no discurso, das subalternidades desses corpos. O que você considera que uma Linguística Aplicada brasileira pode fazer para colaborar com essa discussão?

A primeira coisa seria reconhecer o papel fundamental da semiótica para que possamos fazer de fato a virada somática tal qual nos fala Alastair Pennycook. A virada somática, segundo ele, seria trazer corpo como uma categoria fundamental para nosso campo. Aqui no Brasil temos a Joana Plaza Pinto que traz discussões fundamentais, a partir da performatividade, sobre como não podemos dissociar corpo e linguagem. Para chegarmos na ideia de corpos dissidentes, primeiramente precisamos reconhecer que a corporeidade impacta nossas formas de construir sentidos sobre os sujeitos e suas identidades sociais. Existe um problema na perspectiva ocidental porque ora elide completamente corpo de suas análises; ora o traz apenas para marcar sua diferença e transformar em exclusão, produzindo subalternidades pautadas em modelos do que, em uma sociedade erigida em normatividades, seria normal ou anormal. Se o campo da LA, que se pretende

crítica, indisciplinar e transgressiva, praticar a indissociabilidade entre linguagem e corpo, temos menos chance de incorrer em visões que excluem ou subalternizam certos corpos porque não entram nas normatividades impostas a todes e mais sentidas por quem é construído como dissidente devido às questões de raça e sexualidade principalmente

Como pesquisadora negra brasileira e nordestina, que limites e avanços você encontra, no Brasil, para o exercício de sua atuação nos estudos da linguagem?

Muito se fala e se escreve sobre decolonialidade na LA, porém não se considera que não é possível praticar uma opção contra-colonial excluindo pessoas negras e indígenas dessa equação. Criticamos a geopolítica do conhecimento baseada em um Norte normativo, mas é possível termos colonialidade de saber e poder no Sul. Em nosso país, que é marcado por um racismo estrutural que se atualiza cotidianamente em nossas instituições, ser uma intelectual negra no espaço das universidades se constitui um grande desafio. Ser uma intelectual negra ativista e vinda do Sul mais ainda. Vivemos em um país que extermina pessoas negras e abomina quem vem do Nordeste desde sempre, mas principalmente após essa falsa polarização entre direita e esquerda, que seria melhor renomeada entre quem é bolsonarista e quem não é, tudo piorou. Atuo em uma região que traz o conservadorismo como marca cultural, então desde meu cabelo às minhas ideias encrespadas sou classificada como um corpo indócil e não bem-vindo na Universidade. Como acredito na potência epistemológica da encruzilhada, vejo desse lugar de uma epistemologia ancestral negra, as interdições e boicotes, mas também as possibilidades. Não poder estar confortável me coloca em movimento e acaba por marcar minhas escolhas teóricas e pedagógicas dentro da Academia.

A partir da reivindicação política de sujeitos dissidentes de gênero, a exemplo de pessoas não-binárias, recentemente, tem eclodido, na mídia e entre especialistas, a discussão pública sobre o uso de designações que alteram marcas de gênero binário nos vocábulos do português brasileiro (exemplo de formas como todxs, todes e tod@s). Como você encara essas formas de ativismo linguístico na produção de uma “linguagem neutra”, “linguagem inclusiva” ou “linguagem não-binária”?

Eu fico sempre me perguntando porque nós da Academia temos que estar sempre dizendo se sim ou se não para reivindicações legítimas que vêm de grupos sociais dos quais, inclusive, nós também fazemos parte. A primeira vez que vi essa discussão foi nos movimentos LGTBQIA+, quando inclusive nem toda essa sigla estava formada, mas, óbvio, os sujeitos dentro dela já existiam. Quero

pontuar que a vida não espera nossas classificações acadêmicas. Ela acontece. Nós ficamos correndo atrás de teorizar o que já é vivido. Nesse movimento, podemos analisar o quê/como/quais implicações e etc., mas não julgar e bater o martelo nos usos sociais da linguagem que fazemos como sujeitos em movimento. Essa arrogância que marca nosso fazer acadêmico nos impede muitas vezes de aprender e apreender os movimentos que a linguagem tem por ser social, cultural e politicamente marcada. Nesse sentido, (des)penso que cada momento político-identitário no campo da linguagem nos exige construir novas gramáticas do ser e do existir, e que essas nomeações são performances nas quais podemos escolher nadar ou nos afogar em certezas absolutas que em nada contribuem para uma decolonização por meio da língua.

A decolonização do pensamento científico é pauta para uma Linguística Aplicada transgressiva e indisciplinar. Críticas sobre os modos eurocentrados de desenvolvimento de pesquisas, revisão sobre os fundamentos dos considerados “universais da linguagem”, reflexão acerca de novas políticas linguísticas, entre outras coisas, vêm sendo mote de muitas pessoas engajadas por uma nova narrativa sobre o que se pode fazer nos estudos da linguagem. Que contribuições surgidas recentemente no Brasil você considera importantes para o avanço dessas questões?

Sem dúvidas devemos destacar a atuação das intelectuais negras no campo da Linguagem. A partir de um olhar crítico racialmente afroorientado, temos Aparecida de Jesus com Letramento Crítico Racial que traz para o campo de ensino de línguas a necessidade de descentralizarmos a ideia de que inglês, ou qualquer dessas línguas coloniais que ensinamos em nossos cursos, esteja ausente de racialidade. Lúcia Maria Barbosa Assunção nos presenteia, a partir de uma reapropriação dos estudos desenvolvidos em Portugal, com a noção de Língua de Acolhimento, pensando os contextos dessa “nova” leva de migração e refúgio em nosso país. Ana Lúcia Silva Souza talvez tenha o conceito mais dinâmico e utilizado, inclusive fora do campo da Linguagem. Em uma sociedade como a nossa, na qual a linguagem pode extinguir e propiciar subjetividades, existir e resistir se tornam pauta fundamental em nossas vidas. Souza nos convoca a reivindicar mais do que bater na parede da opressão resistindo e nos fala de reexistência. “Letramentos de reexistência” é uma publicação de 2009 que se tornou e cada vez mais tem aparecido como potência para se entender a experiência negra, mas não só. Vemos pesquisas do campo *queer*, principalmente, entendendo junto com pesquisadores negres da linguagem, que criamos, inventamos, deslocamos e criamos possibilidades de existências ao resistirmos. Obviamente temos muita atividade no nosso campo,

mas essas autoras têm praticado há um bom tempo o que hoje está tão em voga que é a opção decolonial.

Ao longo de sua trajetória de pesquisa, o modo como a questão racial tem sido informada é pautado por perspectivas pragmáticas e antiessencialistas, a exemplo da teoria da performatividade da linguagem. A partir da sua experiência, quais são os principais ganhos e desafios epistemológicos e políticos que tal orientação pode produzir quando interpelam estudos críticos de raça e de racismo?

Uma vez fui perguntada por uma intelectual branca que muito admiro após uma palestra: como falar sobre identidades não essencializadas e ser uma intelectual negra engajada? Não lembro exatamente o que respondi, mas deve ter sido algo que passeou sobre o que discuti na minha tese de doutorado³: utilizamos nossas identidades de forma estratégica. Eu realmente acho fundamental essa concepção porque diz de como sujeitos subalternizados, como eu, podem fabricar possibilidades de reexistências a partir dos diferentes contextos nos quais fazemos parte. Nesse sentido, a subalternidade provocada pelo racismo não é uma condição imutável e fixa, e sim processo. Podemos então não apenas ser endereçados por essa condição que um ato de fala como “Você é negro” parece nos condicionar, mas jogar o jogo político, contingencial e performático presente na discussão identitária. Isso só é possível se não encarcerarmos de novo identidades que foram construídas como impossibilitadas de ser em sua pluralidade. Não somos negros e negras da mesma forma. Uma concepção de identidades informada pela performatividade nos enuncia possibilidades onde há apenas fixidez e cerceamento. Nos dá inclusive a possibilidade de refutar essa teoria quando ela, ao invés de nos emancipar por meio da linguagem, nos castrar novamente, caso não permita ver também em que aspectos nos encontramos como povo negro no mundo.

A noção de interseccionalidade, cunhada academicamente pela feminista afroamericana Kimberlé Crenshaw, é um importante instrumento para pensar a constituição mútua entre diferentes eixos de opressão, a exemplo de gênero, raça e classe. Desde os estudos da linguagem, o que você poderia nos dizer sobre a importância dessa categoria teórica e política para compreender o modo como os corpos são produzidos e hierarquizados nas sociabilidades brasileiras?

³ Tese de Doutorado em Linguística intitulada “Linguagem e identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil”, defendida em 2009, no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/Unicamp).

Interseccionalidade caiu no gosto acadêmico. Acho excelente e fundamental. Lamento, no entanto, perceber que nos usos e abusos desse conceito, é “esquecido” que ele nasce pela Crenshaw para entender a experiência das mulheres negras marcada pelo racismo, cis-patriarcado, capitalismo, heteronormatividade e outras castrações inventadas pela humanidade para classificar, dividir e oprimir. Para mim o maior ganho desse conceito é a possibilidade de entendermos que somos interpelados por diferentes opressões e que elas se conjugam para marcar de forma pejorativa e excludente quais corpos podem existir e quais podem ser eliminados. Vivemos uma pandemia que mostra como alguns corpos são descartáveis para o Estado que sistematicamente tem matado, de diferentes formas, sujeitos que são clivados pelas mais diferentes e violentas opressões.

Desde a década de oitenta, os movimentos e as teorias *queer* tem produzido uma importante crítica antiessencialista às normas de gênero e sexualidade. Apesar de as bases dessa orientação epistemológica estar centrada em tradições filosóficas europeias e estadunidenses, têm sido insistentes as contestações de sujeitxs amefricanos, para usar a expressão de Lélia Gonzalez, no sentido de descolonizar as teorizações *queer*. Quais movimentos você nos apontaria como importantes para a concretização desse projeto nos estudos da linguagem orientados por visões *queer* no Brasil?

Acho que um primeiro gesto é entendermos que o termo *queer* foi muito bem apropriado pela discussão de gênero e sexualidade, mas envolve todes que são construídos como aberrações e corpos abjetos. Nesse sentido, acho que ganhamos muito epistemologicamente quando podemos recolocar esse debate sob lentes amefricanas e isso significa não ausentar a questão racial dessa discussão. Não é possível decolonizar sem trazer as populações negras e indígenas. Quando vemos os números de quem mais é morta da população LGBTQIA+ são negres. A experiência nossa aqui no Brasil é violenta e excludente, porém apresenta características diferentes de outros países justamente porque o quesito racial, nessa interseccionalidade, fragiliza ainda mais a existência de quem não performa gênero e sexualidade dentro das normatividades impostas como normal e padrão. Eu pessoalmente considero a ideia de normalidade uma das mais terríveis já gestadas, e ela exclui quase todes nós. Diante disso, e tendo em vista a noção de interseccionalidade que discuti, praticar um enviadescimento linguístico e perfomar uma gaytude decolonial passa por não separar gênero, sexualidade, raça e classe. Temos, a meu ver, alguns nomes interessantes nesse sentido, mas não estão exatamente na Linguística Aplicada. As pesquisadoras que se nomeiam trans e negras,

para mim, têm trazido as ideias mais importantes nessa discussão. Performam conceitos que passam por uma visão e prática TRANSviada de entender a forma como a linguagem nos aprisiona e ao mesmo tempo abre brechas por onde podemos nos movimentar. Maria Clara Araújo, Letícia Carolina Pereira, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Jaqueline Gomes de Jesus, Thiffany Odara, Luma Nogueira de Andrade são alguns nomes que têm me posto em constante deslocamento e me ajudado a ver caminhos, tendo em vista que performamos nossas identidades de mulheres negras de formas diferentes, mas mesmo assim encontramos na nomeação de “manas” lugares de co-existências e identificações possíveis entre nós.

Reinvenções epistemológicas nos parecem urgentes quando se trata de desessencializar, queerizar, cuirizar ou “enviadescer”, como sugere Linn da Quebrada, os estudos de linguagem, gênero, sexualidade e suas intersecções. Em trabalhos recentes você tem falado de “Linguagem como Mandinga”. Como você definiria essa perspectiva?

Estabelecendo interlocução com algumas coisas que tenho dito e escrito junto com intelectuais como Leda Martins, Luiz Rufino, Fanon, Ana Lúcia Silva Souza, Denise Botelho, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Olindina da Silva Muniz, Alex Ratts, Wanderson Nascimento, Cuti, Neusa Souza Santos, Conceição Evaristo, Maria Carmen Damião Silva, Beatriz Nascimento, entender a Linguagem como Mandinga é celebrar movimento e transformação. Sabedoria engendrada nas dores e delícias da experiência negra no mundo. Tem a ver com os mistérios que estão presente em nossa linguagem do Axé e na impossibilidade de saber qual golpe exatamente será dado pelo seu oponente na capoeira. Discorre sobre a performance majestosa de reis e rainhas empossados em carnavais e festas afro-religiosas mas que fora dali são tratados como corpos abjetos marcados pela repulsa e exclusão. É jogo jogado na malandragem de quem tem a sabedoria de usar a linguagem para ferir, apaziguar, guerrear ou promover paz. Mandinga para mim é um conceito, é uma teoria. É uma concepção negro-epistemológico gestada a partir do lugar da experiência das mulheres negras, das nossas culturas e das ancestralidades de matriz africana. A Mandinga quando você vai pensar, por exemplo, o jogo da capoeira tem a ver com estilo, ginga, com as feitiçarias do corpo. Gilson Soares Cordeiro discorre sobre Ato de fala mandingueiro. Para mim, mandinga é a própria linguagem corporificada nas reexistências da população negra. A engenhosidade como usamos a linguagem de forma estratégica para sobreviver enquanto população constantemente aniquilada. Saber quando você dá um golpe ou desvia; saber também o momento de você ficar firme e rebater o golpe. Entender como manifestações culturais como afoxés, maracatus existem até hoje vivos e fortes me encanta. Como explicar vida quando se recebe violência e morte? Para mim mandinga

realmente é a própria forma de explicar o fato de em um país racista como o nosso, essa população estar aqui produzindo, recriando, repensando e deslocando a própria ideia de linguagem inclusive. Porque para poder mandingar, você tem que praticar uma contra-colonialidade e deslocar a imposição cristã em relação aos nossos corpos, bem como o cis-patriarcado heteronormativo. É preciso repensar todas as normatividades que tem como alvo a extinção do que TRANSborda e promove Vida.

Certamente, a Educação é uma importante trincheira para a desconstrução de crenças e práticas que reiteram formas hegemônicas de se viver corporalidades, gêneros, sexualidades e processos de racialização. E é justamente por isso também que ela tem sido palco de tantas disputas públicas e investidas neoconservadoras, a exemplo de ofensivas como o “Escola sem Partido” e as exclusões sistemáticas de questões de gênero e sexualidade dos currículos oficiais nacionais. Partindo de sua larga experiência enquanto educadora e formadora de professorxs, quais caminhos você nos apontaria para a produção de uma educação linguística politicamente comprometida com a desnaturalização da cis-heteronormatividade e com o antirracismo?

Não creio que seja possível uma fórmula que funcione para a todo mundo, mas posso partilhar aspectos de minha trajetória. Considero que a desnaturalização da cis-heteronormatividade e a prática antirracista constituem processos gigantescos de mudanças. Estamos ainda, infelizmente, bem longes de conseguir isso em um momento no qual reivindicar uma educação que não aprisione mentes é considerado ideologização do ensino, como se houvesse qualquer prática sem ideologias. Vivemos um contexto em que professoras e professores têm suas práticas vigiadas e punidas em forma de processos e/ou exposição de forma vexatória. Criar formas de não apenas resistir, mas inventar modos outros de educar é uma questão de sobrevivência. Para mim que sou ORÍentada por sofias afro-ameríndias, tem sido fundamental recorrer a essas sabedorias ancestrais para praticar uma pedagogia que se pretende emancipatória e libertária, como nos ensina bell hooks. Ler, pesquisar, escutar, aprender, trocar com autores e autoras que praticam uma teoria-vida que se interroga o tempo todo se todes estão podendo falar é gesto cotidiano de meus processos de auto-deslocamento e questionamento de minhas práticas pedagógicas. Eu imagino que se colocássemos mais generosidade na forma de olhar para nós e nossa profissão, bem como no jeito de performar o processo de ensino-aprendizagem, celebrando as diferenças e as trazendo para a festa que pode ser a sala de aula, avançaríamos muito rumo a uma educação na qual todes se sentissem co-partícipes e co-responsáveis pelo bem comum em sociedade.